



FACULDADE DE LETRAS E CIÊNCIAS SOCIAIS
DEPARTAMENTO DE ARQUEOLOGIA E ANTROPOLOGIA
LICENCIATURA EM ANTROPOLOGIA

**Mecanismos de Gestão de Casos de Roubo entre os Residentes do
Bairro Polana Caniço “A”, Cidade de Maputo**

Candidata: Rosa da Conceição Milagre Félix

Supervisor: Dr. Danúbio Lihahé

Maputo, Dezembro de 2015

**Mecanismos de Gestão de Casos de Roubo entre os Residentes do Bairro Polana Caniço
“A”, Cidade de Maputo**

A Candidata

Rosa da Conceição Milagre Félix

Trabalho submetido ao Departamento de Arqueologia e Antropologia, como requisito parcial para obtenção do Grau de licenciatura em Antropologia na Faculdade de Letras e Ciências Sociais da Universidade Eduardo Mondlane.

O Supervisor

O Presidente

O Oponente

Maputo, Dezembro de 2015

Declaração

Declaro por minha honra que este relatório de pesquisa nunca foi apresentado na essência para a obtenção de qualquer grau, e que o mesmo constitui o resultado da minha investigação pessoal, e estão indicadas no texto e na bibliografia as fontes utilizadas.

Rosa da Conceição Milagre Félix

Dedicatória

Dedico este trabalho a memória dos meus avós Ricardo Pinto Romão e Félix Lázaro que já não estão entre nós, cujos ensinamentos serão materializados e o carinho ficará eternamente gravado.

Dedico também a memória do meu irmão Sérgio a quem tenho muito carinho mesmo sem ter o conhecido.

Dedico em especial à minha mãe Ricardina Pinto Romão Félix, que diante de todas as dificuldades da vida não poupou esforços para que não me faltasse nada, mesmo que para isso fosse necessário abdicar de algumas necessidades básicas. Mãe, você é uma grande mulher e o melhor exemplo a seguir.

A toda minha família especificamente ao meu Pai Mário de Alberto Félix, aos meus irmãos Adriano Félix, Félix Júnior e Ricardo Félix que sempre motivaram e acreditaram no meu potencial, e aos meus sobrinhos Stássio Félix, Aline Félix e Gilmário Félix pela energia contagiante que sempre me transmitiram mesmo estando distantes.

Agradecimentos

Em primeiro lugar agradecer a Deus pelo dom da vida, por cuidar de mim e por ter protegido toda minha família, tornando o sonho de todos nós em uma realidade.

Um especial agradecimento vai ao meu supervisor Dr. Danúbio Lihahé pela paciência, esforço, apoio e incentivo ao longo da elaboração deste trabalho. Pois quando pensava que estava diante de um obstáculo sempre mostrou as prováveis saídas. O meu obrigado vai também a todos os docentes do Departamento de Arqueologia e de Antropologia que de alguma forma deram um puxão de orelha para que pudesse melhorar em muitos aspectos acadêmicos.

Aos meus tios Lourenço Albino e a memória de Regina Bondua que de coração aberto me receberam em sua casa, sem se quer saber que tipo de pessoa era eu. Tios, vocês foram e continuarão a ser Pais para mim.

Aos meus amigos Belo Malipa e Andicene Magujunure, às minhas irmãs companheiras de batalha Anifa Vilanculo e Fátima Sarmiento pelo apoio, carinho, paciência e compreensão.

Às minhas colegas de quarto Sândia Dias, Darlen Bernardo, Adélia Balice e Ricarda verdadeiras companheiras de batalha pelos maus e bons momentos que vivemos juntas, pelo sorriso no rosto mesmo com estômago vazio. Vocês fazem parte da minha família.

À todos os moradores do Bairro Polana Caniço “A” que mesmo tendo os seus afazeres aceitaram participar deste estudo. Meu muito obrigado pela colaboração.

Por último a toda a turma de 2011 do curso de Licenciatura em Antropologia pelas cutucadas acadêmicas e momentos emocionantes que juntos vivemos durante o período de formação com destaque para Rosário Potai, Anifa Vilanculo, Arnaldo Marcelino, Jorge Mutâmpua, Issufo Mohamad, Luisa Mabjaia e Gabriel Muchombe.

Resumo

O presente estudo analisa a gestão de casos de roubo entre os residentes do Bairro Polana Caniço “A”, Cidade de Maputo. Da literatura que consultei identifiquei duas perspectivas. A primeira defende que a criminalidade esta fortemente ligada a distribuição desigual de recursos materiais nas sociedades. A segunda defende que a criminalidade origina da organização do espaço físico e o ambiente social que se cultiva. Estas perspectivas por um lado permitem compreender os factores que originam a criminalidade, por outro lado não abre espaço para compreender a questão da criminalidade para além da economia, como também a gestão de casos de roubos entre os moradores.

Para compreender a gestão dos casos de roubos entre os residentes, realizei uma pesquisa etnográfica no Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo. Com base no material recolhido no campo mostro que os participantes desse estudo tem variações nas interpretações do que vivenciam no seu dia a dia. Nessas interpretações nalgum momento consideram a situação de roubos como sendo normal e noutra como algo maligno. Para além dessas eles definem mecanismos de controle, colectivos e individuais. Ainda com base no material etnográfico mostro que a gestão dos casos de roubo varia de acordo com a satisfação das pessoas.

A presente pesquisa permite compreender a gestão de casos de roubos num contexto onde a satisfação é a linha de orientação, diferentemente dos estudos dominantes que defendem o crime na sua relação com a pobreza.

Palavras-Chave: Participação, Coesão social, Controle social, polícia e roubo.

ÍNDICE

Declaração.....	i
Dedicatória.....	ii
Agradecimentos.....	iii
Resumo.....	iv
1. Introdução.....	1
1.1. Contextualização.....	3
2. Revisão de Literatura.....	5
3. Enquadramento Teórico e Conceptual.....	12
3.1. Conceitos.....	14
3.2. Polícia.....	14
3.3. Controle Social.....	15
3.4. Participação.....	16
3.5. Coesão Social.....	17
3.6. Roubo.....	18
4. Procedimentos Metodológicos.....	20
4.1. Etapas da Pesquisa.....	20
4.2. Critério de Seleção dos Participantes da Pesquisa.....	21
4.3. Métodos e Técnicas de Recolha de Dados.....	22
4.4. Constrangimentos no Processo da Realização da Pesquisa.....	23
5. Apresentação e Análise de Dados.....	24
5.1. Breve Caracterização do Bairro Polana Caniço “A”.....	24
5.2. O dia-a-dia dos Residentes do Bairro Polana Caniço “A”.....	25
5.3. Experiência das vítimas com o Roubo.....	27
6. Mecanismos de Gestão dos Casos de Roubo.....	29
6.1. A Patrulha e o feitiço.....	29
6.2. Vigilância Conjunta aliada a Normalização dos Roubos.....	31
6.3. O Silêncio.....	33
6.4. Direcionamento dos casos de Roubos dado pelos agentes da PRM.....	34
7. Considerações Finais.....	37
8. Referências Bibliográficas.....	39

1. Introdução

Este relatório é um trabalho desenvolvido como requisito para obtenção do grau de Licenciatura em Antropologia na Universidade Eduardo Mondlane. No qual analisamos a gestão dos casos de roubos entre os residentes do Bairro Polana Caniço “A”, Cidade de Maputo. O mesmo enquadra-se na área de antropologia do crime onde de uma forma transversal procuramos traçar a nossa análise.

O crime é um fenómeno que tem vindo a crescer de forma muito rápida no mundo, particularmente em Moçambique, com destaque para os centros urbanos. Facto que tem preocupado bastante o Ministério do Interior, por um lado pelo conseqüente enfraquecimento do poder que tem vindo a registar e do outro por considerar a garantia da segurança e tranquilidade públicas do país o seu principal dever.

O estado de arte sobre as práticas criminais mostram-nos que várias abordagens analisam o fenómeno. Tendo se constatado que para alguns autores a questão da criminalidade esta fortemente ligada a distribuição desigual de recursos materiais na sociedade (Zaluar; 1994), enquanto para outros a criminalidade tem forte relação com a organização do espaço físico e o ambiente social que se cultiva (Gomes; 2010).

No ano de 2013, a televisão Miramar concretamente o programa Balanço Geral apresentou várias reportagens sobre criminalidade na cidade de Maputo com enfoque para as zonas periféricas onde o Bairro Polana Caniço se mostrava ser um dos que mais regista casos de criminalidade com ênfase para os roubos. No princípio de 2014, em conversa com alguns colegas da Universidade Eduardo Mondlane no restaurante universitário (refeitório) pude ouvir eles a lamentarem dos assaltos na via pública ao escurecer. Que durante a conversa pediam para deixar seus computadores na residência universitária por medo de serem arrancados durante a caminhada de regresso às suas residências.

Segundo Martins (1995) a prática do roubo tem sido associada a pobreza posto que muitas vezes os protagonistas desse tipo de actos apontam ter optado por esta actividade devido as

dificuldades que enfrentam no dia-a-dia como o desemprego, a precariedade das condições de trabalho e incapacidade de auto-sustento. Assumindo-se assim que o homem pobre rouba para garantir a sua sobrevivência.

O estudo sobre o roubo ganhou especial atenção, tornando-se objecto de estudo com diversas abordagens teóricas. Tornou-se ainda numa das maiores preocupações a todas as esferas da sociedade moçambicana, uma vez que tem afectado o psíquico das famílias pela maneira como tem sido exercida.

Actualmente vivemos num contexto em que o roubo é um dos principais vectores que leva a violação sexual, outras formas de agressão física e até por vezes a morte, afectando pessoas de todas faixas etárias desde homens as mulheres. Deixando famílias desestabilizadas (socialmente, moralmente e economicamente), pessoas inseguras, crianças órfãs sem rumo a tomar.

Com isto verifiquei que actualmente diante desse tipo de situações as comunidades afectadas adoptam mecanismos de gestão dos casos de roubos diferentes dos previstos no código penal moçambicano.

Desta forma, a nossa questão de pesquisa tem em vista perceber de que forma os residentes do Bairro Polana Caniço “A” gerem os casos de roubos por eles vivenciados?

Considerando o facto da prática do roubo ser encarada de diversas formas dentro da mesma comunidade, admite-se a possibilidade de existência de múltiplas interpretações de acordo com os interesses de cada família. Daí que nas perspectivas de Merton (1970) e Maffesoli *apud* Lihaha (2007) as tomadas de decisão sobre o que fazer diante da situação podem ganhar várias explicações tendo em conta a situação vivenciada.

Nestes moldes, pretendemos de modos específicos a) descrever as experiências das vítimas com o roubo; b) explicar o encaminhamento que individualidades assim como a comunidade dá a esses casos; c) perceber a relação que se estabelece entre a população, a polícia e as autoridades locais.

A escolha desses grupos categóricos foi direcionada por se tratar de pessoas que de certa forma contribuem nas tomadas de decisão sobre diversos fenómenos que ocorrem naquele meio.

O presente estudo é apresentado em cinco capítulos. Feita a presente introdução, segue-se o capítulo dois onde é apresentada a revisão de literatura, no capítulo três apresentamos o enquadramento teórico e conceptual, no quarto capítulo os procedimentos metodológicos e por fim a apresentação e análise de dados.

1.1. Contextualização

O crime é um fenómeno social bastante complexo que tem vindo a crescer de diversas formas principalmente em grandes centros urbanos, suscitando estudos em diversas áreas sociais. A sua prática pode estar associada a diversos factores seja de âmbito político, social, económico e/ou cultural.

Segundo Giddens (1991:16) o fenómeno crime desenvolveu bastante com a revolução industrial e a conseqüente globalização, pois o modernismo das zonas industrializadas fez com que as pessoas que viviam em locais recônditos se deslocassem para áreas urbanas em busca de serviços sociais (que podem ser resumidos em melhores condições de vida). Assim, o índice demográfico nas zonas industrializadas cresceu bastante e resultou numa crescente mobilidade social.

Desde então, o fenómeno crime suscitou investigações por parte de criminólogos e sociólogos, acto que resultou na criação de várias teorias explicativas de forma a identificar as possíveis causas. Na perspectiva de alguns teóricos, o crime tinha as suas origens no crescimento económico e demográfico e para outros a sua origem encontrava-se no processo de interação entre os indivíduos na sociedade e até mesmo na estrutura geográfica como é o caso de Burgess e Park que realizaram o seu estudo na cidade de Chicago.

Muitos desses estudos como é o caso de Durkheim (1897); Fischer 1980 [1992]; Rodrigues (Org.) 1981; Carneiro (2007) e Machado (2008) davam enfoque a crimes bárbaros que põem em causa a vida humana (como o suicídio, homicídio, violência doméstica contra mulher e crianças). Várias pesquisas foram efectuadas em prisões com base em estatísticas oficiais fornecidas pelas instâncias de controlo, mas ao longo do tempo verificou-se que as estatísticas não traziam resultados realísticos da criminalidade uma vez que nem todo o crime ocorrido era oficialmente registado.

No contexto Moçambicano a criminalidade também constitui uma realidade, onde as zonas urbanas especificamente as capitais provinciais têm o maior índice, uma vez que dispõem de diversos serviços sociais em relação as restantes áreas habitadas do país, factor que atrai grandes massas humanas das zonas rurais para as zonas urbanas a procura de serviços (de educação, saúde, e de emprego) resultando assim no crescimento demográfico e o conseqüente enfraquecimento da capacidade de controlo por parte das entidades competentes.

Foram desenvolvidas várias pesquisas científicas sobre o crime em Moçambique, mas com ênfase para o papel das cadeias na reabilitação social dos reclusos. Nos dias de hoje as pesquisas incidem sobre a problemática do crime organizado, corrupção, violência contra mulher, criança e idosos. Deixando de lado as demais dimensões existentes.

A cidade de Maputo até ao momento é a mais propensa a este tipo de situações, porque quase todos os serviços ministeriais encontram-se nela centralizados, fazendo com que a sociedade olhe para esta cidade como o campo de oportunidades e de facilidades. Na tentativa de alcançar tais serviços a população aumenta cada vez mais mantendo a esperança de um dia aceder os serviços nesta oferecidos. Por conseguinte instalam-se nos Bairros mais próximos do centro da Cidade como é o caso de Alto-maé, Chamanculo, Mafalala, Malanga, Maxaquene, Malhangalene e Polana Caniço com vista a facilitarem o acesso a tais serviços.

2. Revisão de Literatura

O crime é um fenómeno social bastante complexo que tem vindo a tomar diversas formas em todas as sociedades de acordo com processos e épocas históricas, representando nos dias de hoje um dos maiores problemas sociais no mundo (Cusson 2002). Facto que suscita preocupação em actores e agentes sociais resultando assim no desenvolvimento de vários estudos em ciências sociais.

Segundo Giddens (1991) o fenómeno crime desenvolveu bastante com a revolução industrial e a consequente globalização, pois o modernismo das zonas industrializadas fez com que as pessoas que viviam em locais recônditos se deslocassem para áreas urbanas em busca de serviços sociais de qualidade. Assim, o índice demográfico nas zonas industrializadas cresceu bastante culminando com uma desordem social.

Na perspectiva de Dias e Andrade (1997), a situação da criminalidade preocupou bastante a sociedade em geral, fazendo com que investigadores de diversas áreas científicas se interessassem no estudo do crime com vista a identificar as causas e encontrar mecanismos para acabar com o mesmo.

Foi nesse âmbito que Simões (1975) desenvolveu um estudo com base na literatura, com vista a mostrar que o crime e o desvio requerem uma criminologia combinada por diferentes orientações teóricas e métodos analíticos sensíveis a diferenças identitárias e inerentes implicações no sistema de privilégios e desigualdade cujo foco de análise convirja para o entendimento da natureza, causas e possíveis consequências da representação do crime na cultura actual. Com isto, concluiu que o crime e o desvio adquirem orientações ideológicas particulares na criminologia, na teoria social e na cultura, esferas de discurso onde possuem um lugar fundamental.

Este estudo, constitui um grande contributo a medida em que existe a necessidade de se analisar o crime e o desvio a luz de diversas perspectivas interpretativas para que se possa compreender o

fenómeno como um todo. Pois, este tem tomado contornos diversificados consoante o contexto onde ocorre e os estereótipos que são usados para a sua leitura.

Dos Santos e Kassouf (2008) também desenvolveram um estudo com base na literatura com objectivo de reunir e discutir estudos económicos da criminalidade realizados no Brasil com vista a identificar as principais dificuldades, evidências e controvérsias encontradas nas pesquisas empíricas além de algumas das principais bases de dados criminais disponíveis. Onde aponta a geral indisponibilidade de dados, a alta taxa de subregisto nos dados oficiais e a causalidade inversa entre as variáveis e as taxas de crimes como sendo algumas das principais dificuldades inerentes a investigação económica do crime. A maior controvérsia entre os estudos foi o efeito da segurança pública sobre as taxas de crimes, as principais evidências são as que a desigualdade de renda e os retornos do crime parecem ser factores de crescimento da criminalidade.

Este estudo dá-nos uma visão das dificuldades que podemos encontrar ao realizar um estudo sobre o crime que tem como fonte de aquisição de dados as instâncias formais de controlo, pois a base de dados destes sectores raramente são disponibilizados para a consulta pública. Por outro peca ao centrar-se nos estudos realizados por outros autores, facto que não permite olhar outros horizontes que poderiam ser relevantes para melhor fundamentar a sua posição.

Ainda nesta ordem de ideias, Oliveira (2005:2) desenvolveu um estudo onde estabelece a relação entre a criminalidade e o tamanho das cidades brasileiras com enfoque para a perspectiva económica, tinha por objectivo compreender os factores determinantes para que um indivíduo cometa crime, tendo concluído que o rápido crescimento das cidades não só torna favorável o choque entre culturas, como também dificulta a polícia no controle da sociedade.

Dentro desta linha de pensamento, Cunha (1986) desenvolveu um estudo que levou-lhe a afirmar que o rápido crescimento urbano trazia consigo todos problemas da falta de planeamento das cidades que se inchavam e escancaravam a desigualdade social. A multidão circulando ao longo das ruas e avenidas constituía uma ameaça que precisava ser enfrentada.

Gomes (2010) reforça ainda, que diante desses casos as ações da polícia centram-se nos territórios legais. No caso de Salvador (cidade onde Gomes realizou o estudo) a falta de ruas e difícil acesso às favelas impede a presença da polícia pelo seu poderio bélico e domínio logístico do espaço.

Nesse contexto, a falta de assistência do governo às famílias pobres, a polícia corrompida, as atrações e facilidades do tráfico, a sedução dos bandidos da vizinhança, a revolta que o emprego de métodos violentos provoca são fatores que contribuem bastante para o aumento da criminalidade (Zaluar 1994:121).

Contrariamente a estas abordagens, Forner (2008) afirma que o indivíduo é um agente econômico que avalia custos e benefícios antes de praticar um ato ilícito, ainda que não é apenas o lucro que o motiva, pois o comportamento é dirigido por um jogo de valores e preferências que cada indivíduo analisa em particular.

Ainda nesta ordem de ideias, Guia (2009) desenvolve uma reflexão sobre a relação que era estabelecida pelos clássicos da criminologia entre a imigração e o crime violento com base na literatura assim como em dados estatísticos fornecidos pelas instâncias de controle dos anos 2002, 2005 e 2008. Os criminologistas clássicos defendem o aumento do número de crimes violentos ao aumento do número de imigrantes enquanto alguns cientistas norte-americanos relacionam o aumento de imigrantes à queda de registros de crimes violentos. Desta forma Guia propõe a individualização de determinados tipos de crime pela tipologia de cidadãos não nacionais, tendo constatado que estes têm registros em casos de roubos e furtos.

No seu estudo, Carneiro (2007) objetiva apresentar dados sobre a experiência da população com diversas formas de violência medidas por meio de uma pesquisa de vitimização, analisa as taxas de recurso à polícia e o fluxo das queixas no âmbito do sistema policial. A pesquisa foi realizada entre Dezembro de 1995 e Agosto de 1996 e tinha como amostra a população maior de 16 anos da região metropolitana do Rio de Janeiro. Onde constatou que em cada 100 vítimas de roubo 20 recorreram à polícia e 80 não recorreram à polícia porque não deram importância 18%, por falta de provas 13%, e outras razões 27%.

No Rio de Janeiro as taxas de recurso a polícia declinam na medida em que diminui o nível socio-económico das vítimas, sendo esta taxa três vezes maior entre as pessoas de nível socio-económico alto com relação as de nível mais baixo (Idem). Este caso pode estar associado ao regime burocrático que domina as instâncias de controlo, posto que o andamento dos processos ocorre em função das redes de relação social etc.

Por sua vez, Martins (1995) vem discutir a associação que tem sido estabelecida entre os homens despossuídos e a criminalidade com base em dados estatísticos das penitenciárias do Brasil conciliado com estudos realizados por outros autores, onde começa por mostrar que os dados censitários insistem na predominância da população mais pobre entre os reclusos, tornando cada vez mais firme a ideia de que a pobreza leva ao cometimento do crime. Verificou ainda, que os crimes contra o património como o furto e o roubo são associados a pobreza (pois, percebe-se que a maioria da população detida rouba para sobreviver). Desta forma chega a conclusão que a alta incidência de pessoas pobres entre os presos pode ser explicada de duas maneiras, uma delas é o sistema policial e judicial discriminatório, uma vez que as pessoas com posse nunca cumprem a pena determinada, por outra a dificuldade do homem preto e pobre em escolher seu destino.

Este estudo leva-nos a reflectir e a ter atenção ao tratamento que é oferecido à pessoas de diferentes classes sociais que cometem actos criminais, visto que actualmente consegue a liberdade com rapidez quem consegue pagar fiança. É preciso também ter em conta as questões raciais que se vivem no contexto a ser estudado, pois o negro muitas das vezes é associado a coisas más.

A investigação de Neto e Souza (2008) são de extrema relevância porque é realmente necessário estudar os contornos do crime a partir das próprias vítimas pois são elas que vivenciam tais factos, o que permite saber o que elas dizem sobre o sucedido e as medidas por elas adoptadas.

Paixão e Beato (1997) analisam as relações entre a polícia e a sociedade através da discussão dos motivos que levam as pessoas a procurarem ou não a polícia. Em contraposição a uma explicação de natureza culturalista é sugerida a hipótese de que existem motivações racionais para acionar a polícia para a resolução de conflitos. A acção violenta da polícia face a alguns

casos de rebeldia individual ou colectiva. O Estado concentra nas instituições de controlo o monopólio do uso legítimo dos meios de violência, o que faz com que a sociedade faça uma avaliação custo-benefício antes de denunciar.

No contexto Moçambicano, também foram desenvolvidos vários estudos científicos sobre o crime. Um dos casos é o estudo desenvolvido por Brito (2002) onde procurava encontrar uma informação sistemática sobre a origem e os grupos de pertença dos jovens delinquentes, assim como os factores da sua passagem a vida delinquente e a variação em função dos tipos de delinquência. Com este estudo, concluiu que a entrada para o mundo do crime está ligado aos processos de desintegração da célula familiar; de marginalização e exclusão social.

Cháuque (2011) desenvolveu um estudo sobre roubo de viaturas na Cidade de Maputo, com o qual pretendia explicar o roubo de viaturas como uma acção criminal dotada de lógica de custos de oportunidade e de decisões racionais a partir de levantamento documental e entrevistas, tendo concluído que o roubo de viaturas é uma acção na qual os criminosos avaliam e ponderam a relação custo-benefício na consecução dos seus objectivos meramente económicos como o melhoramento das suas condições de vida, e que eles estrategicamente planificam seus actos e agem após avaliar as circunstâncias para o roubo.

Resmain e Lalá (2012) no relatório da avaliação do crime e violência em Moçambique que resultou de uma pesquisa realizada entre Agosto de 2011 a Março de 2012 nos Bairros ferroviário das Mahotas e Magoanine C, Cidade de Maputo tinha por objectivo proporcionar uma visão abrangente sobre a situação do crime e a violência em Moçambique centravam-se em casos de Assalto a mão armada, Desigualdade, Urbanização, Corrupção, Crime organizado, violência doméstica contra a mulher e abuso de menores.

Ainda nesta ordem de ideias, foi desenvolvido mais um estudo na cadeia civil de Maputo com objectivo de compreender a influência das condições internas no processo de ressocialização dos reclusos, as percepções do quotidiano e o relacionamento entre os reclusos e o corpo dirigente, tendo-se concluído que os programas de ressocialização são insuficientes e inoperantes (Madeira 2003).

Paralelamente a este estudo Mavie (2009) realizou um trabalho intitulado: as significações da reincidência criminal entre os reclusos da cadeia civil de Maputo que tinha por objectivo entender o conhecimento da reincidência criminal a partir da perspectiva dos reclusos, por forma a evidenciar a interpretação que eles fazem da realidade social, com o mesmo concluiu que as agências de controle e repressão ao crime tem um peso explicativo na compreensão de condutas reincidentes, porém não explicam toda a complexidade do fenómeno e apontou a falta de emprego, rendimento insuficiente e manifestação da estigmatização social.

Como pudemos observar, em Moçambique os estudos sobre o crime estão virados para o comportamento dos reclusos, assim como para os crimes de ofensa corporal.

A partir desses estudos, pode-se observar que a questão da criminalidade muitas vezes é abordada com enfoque económico seja para criticar ou para criar uma outra perspectiva. Por outro lado constatamos a maioria dos estudos foram realizados em grandes centros urbanos, facto que leva a crer que em contextos urbanos existe maior índice de criminalidade, mas é importante que saibamos que nas zonas rurais também há frequente ocorrência de crimes que são pouco reportados, primeiro porque os órgãos de comunicação encontram-se centralizados em grandes cidades. Segundo pela cultura conservacionista dominante nesses locais.

O estado de arte sobre práticas criminais mostram-nos que várias abordagens analisam este fenómeno, apontando com incidência para factores como: a pobreza, o desemprego e a organização física do espaço como sendo as grandes motivações para roubos. Nesse sentido, esses estudos abrem espaço para mais investigações que podem possibilitar a percepção de outros factores que podem estar associados a questão da criminalidade para além da economia. Daí que é preciso perceber a posição da sociedade afectada por este fenómeno, uma vez que a noção do bom e do mau são socialmente construídas.

Desta forma, pretendo seguir o exemplo de Paixão e Beato (1997) a medida em que é necessário ouvir as duas partes: a primeira que são as entidades formais de controlo e a segunda que são os seus beneficiários, de forma a perceber a relação que estes estabelecem entre si e outras

componentes que contribuem para as tomadas de decisão e escolha de mecanismos de gestão dos casos de roubos.

3. Enquadramento Teórico e Conceptual

Neste trabalho recorreremos a teoria funcionalista defendida por (Merton, 1970; Popper, 1945; Caldwell, 1998; e Kerstenetzky, 2006) aliada a socio-antropologia do quotidiano defendida por Michel Maffesoli. Para melhor justificar as opções traremos abordagens de alguns autores.

A abordagem de Merton enfatiza a análise situacional que privilegia a explicação da satisfação de um grupo social por via das características da própria situação contextual. Nesta perspectiva enfatiza-se as variáveis que valorizam as características da função, os processos de tomada de decisão, não organização e as formas de reforço existentes na comunidade.

Na perspectiva de Popper (1945) tanto as ciências sociais quanto as naturais iniciam e terminam com problemas. Assim o método científico para as ciências sociais também consiste em procurar tentativas de solução para as situações-problema. Desta forma Popper sugere a análise situacional como o método que considera as condições iniciais típicas e uma lei universal de animação para analisar conjuntamente as acções humanas e as situações sociais.

Ainda nesta ordem de ideias, Kerstenetzky (2006) afirma ser a partir da compreensão da situação, que existe a possibilidade de formar uma ideia sobre o que é racional fazer naquele contexto e, assim, o princípio de racionalidade surge como um princípio normativo contextual.

Na perspectiva de Maffesoli *apud* Lihave (2007) o quotidiano torna-se em atitudes que se manifestam em pequenos grupos e que deve ser visto como um conjunto onde os indivíduos interagem em contextos de sociabilidade concretos, porém existem dois pólos a ter em consideração, a aceitação e a resistência em torno da qual se circunscreve a sociabilidade. Ele admite a saturação dos grandes sistemas interpretativos, o que faz com que exista o que ele chamou de lado iluminado dos fenómenos sociais, pois o seu objecto sofreu restrição e propõe uma observação geral, mais ao mesmo tempo particular da vida quotidiana para que possamos ver o lado sombrio da coisa.

Nesta ordem de ideias o autor propõe-nos quatro categorias de comportamento diário. A aceitação da dádiva ou do destino, onde os indivíduos na sua colectividade reproduzem o seu modo de vida a partir de valores que advém da sua história sem questionar o porque desse comportamento.

A duplicidade, o indivíduo por mais que tenha referências dos seus valores colectivos, prefere criar outros valores que satisfaçam o seu ego. Maffesoli lembra que a máscara e a duplicidade são elementos importantes no processo de ritualização constituindo elemento de protecção ou de resistência perante absolvição dos valores do indivíduo. Este pode esquivar-se dos seus valores dentro do grupo, criando formas ou valores por ele imaginados.

A astúcia e o silêncio como meio de existência, de acordo com Maffesoli na vida em sociedade existe uma astúcia e manipulação que está directamente ligada ao silêncio. Para o autor os discursos silenciosos tem efeito corrosivo, criando uma duplicidade no indivíduo, onde aparentemente ele está de acordo com o que lhe é sugerido, ou seja o indivíduo está sempre mascarado.

Na solidariedade orgânica Maffesoli recupera e inverte os conceitos solidariedade mecânica e solidariedade orgânica de Durkheim apud Vares (2013). Ele mostra que é a partir da solidariedade orgânica que os laços sociais mantem-se e que a duplicidade, a astúcia e o silêncio podem ser usados como forma de resistência, como aceitação de um destino vivido e afrontado pelo grupo, o imaginário colectivo é uma contaminação.

Para o contexto que nos propomos a pesquisar tanto o funcionalismo de Merton como a socio-antropologia do quotidiano de Maffesoli ganham relevância a mesmo nível. O funcionalismo de Merton permitirá analisar a questão em estudo a partir da situação criminal que lá se vive (como o fenómeno se desenrola no seio da comunidade), tendo como amostras experiências de individualidades desde os residentes, polícias e líderes locais, partindo do pressuposto que estas são as partes envolvidas para que haja harmonia a nível do Bairro.

Ao passo que com a socio-antropologia do quotidiano de Maffesoli entenderemos o contributo da comunidade no que concerne as tomadas de decisão face aos casos de roubo, assim como na operacionalização das políticas públicas. Por exemplo, perceberemos como o desempenho dos polícias pode influenciar no comportamento dos residentes do Bairro que temos como campo de pesquisa, tomando em consideração a visão holística e complexa dos roubos assim como das decisões, visto que esta é uma questão multifacetada. Nos permitirá entender ainda, o porquê das variações na gestão de um mesmo fenómeno.

3.1 Conceitos

Nesta subsecção nos propomos a definir os principais conceitos a serem usados no desenrolar da análise, de forma a tornar o nosso argumento mais compreensivo para o leitor. Desta forma faremos menção aos seguintes conceitos: polícia, controle social, coesão social, participação e roubo.

3.2 Polícia

A polícia deriva do termo grego *polis*, usado para descrever a constituição e organização da autoridade colectiva. Tem a mesma origem etimológica da palavra política, relativa ao exercício dessa autoridade colectiva. Assim pode-se perceber que a ideia de polícia esta intimamente ligada a noção de política. Não há como dissociá-las, a actividade de polícia é portanto política, uma vez que diz respeito a forma como a autoridade colectiva exerce seu poder.

Partindo da suposição de que a actual forma das organizações destinadas a exercer a actividade policial é resultado de uma tentativa de tornar o controle social mais racional, alguns autores preocuparam-se com a natureza da função policial. Passaram a entender as instituições policiais como aquelas que tem por função regular as relações interpessoais por meio da aplicação de sanções coercivas (Niederhoffer; Blumberg 1972). Entretanto, existem outras funções desempenhadas pelas organizações policiais, tais como socorro, assistência as populações carentes e apoio as actividades comunitárias.

Em 1962, um dos mais conceituados estudiosos do assunto Jerome Skolnick (1966), em um dos trabalhos pioneiros sobre as instituições policiais destacou o carácter conflitivo da actividade de controle social por parte das instituições policiais num regime democrático. Ao mesmo tempo que as polícias são parte do aparato estatal de controle social, o exercício do seu poder coercitivo está limitado por um conjunto de leis e códigos de conduta.

O papel das polícias na realização do controle social varia de Estado para Estado. Quanto mais central for esse papel, maior a possibilidade de conflito e em a lei e ordem. Isso se deve ao facto de que o instrumento de actuação tradicional das polícias, e seu traço diferenciado é uso da força. Por outro lado, se o papel das polícias no controle social não for central, ou se o instrumento de actuação das polícias não for fundamentalmente o uso da força, esse conflito perde intensidade.

Dado o carácter político tanto de forma de controle social quanto dos limites da actividade policial, a tensão entre ordem e lei vai variar em função das características de cada Estado e do tipo do regime político implantado. A forma de controle social e o papel dos polícias dependem de factores políticos, sociais e económicos. Da mesma forma, os limites da actividade policial vão depender dos mecanismos institucionais de controle da actividade policial existentes num dado regime democrático.

3.3 Controle social

Controle social refere-se a capacidade de uma sociedade se auto-regular de acordo com princípios e valores desejados. Entretanto, é preciso considerar os aspectos conflituosos das relações sociais. Nesse sentido, controle social não implica a realização da ordem social, e tampouco a estabilidade das relações sociais.

Certamente que existem variedades de tipos de controle social, cada um resultante de uma configuração social específica principalmente durante processos de transformação social. A noção de controle social parte das noções de consciência colectiva, crime e anomia. Onde é dada primazia a sociedade sobre o indivíduo. Durkheim apud Boudone Bourricaud (1993) considera um acto criminoso quando este é condenado pela sociedade, uma vez que fere os elementos da

consciência colectiva. A ideia de controle social nos remete a sociedade em seu conjunto e ao Estado como órgão central de controle. A violência privada é vista como uma forma de rompimento desse controle social. Este rompimento é atribuído a fragilidade e a ineficiência dos instrumentos e mecanismos de controle social.

Mesmo com a noção de controle social Norbert Elias (1994) frisa a necessidade de realização de um controle interno, caracterizado pelas mudanças psicológicas ocorridas ao longo do processo civilizador.

3.4 Participação

Participação é o processo estruturado em que diferentes indivíduos interagem para alcançar objectivos. Esses indivíduos provocam um impacto sobre os processos de tomada de decisão da organização (Chiavenato 1995). Refere-se, portanto, a forma através da qual o Estado insere na prática da classe dominante de forma consensual as classes dominadas abandonando decisões coercivas, passando a enfatizar o consenso (Ribeiro 1996).

Actualmente, o conceito de participação constitui peça fundamental na abordagem relacionada com o desenvolvimento social em qualquer parte do mundo, visto que os governos são eleitos democraticamente na esperança de solucionar os problemas que afectam as sociedades por um lado e por outro lado porque a participação comunitária permite as pessoas possibilidades efectivas de participar com liberdade de questionar, discutir, sugerir e alterar uma decisão ou andamento de uma actividade localmente.

Para os propósitos deste trabalho, o termo participação esta relacionado com o envolvimento da população na estratégia de prevenção e combate a criminalidade no caso específico dos “roubos” como um processo que presume-se na valorização do envolvimento activo, consciente, deliberado, organizado, eficiente, eficaz, intensa, decisiva e consensual das equipas: técnica, liderança e comunidade na solução de problemas locais através do diagnóstico responsável participativo sob os auspícios da orientação democrática.

Com o envolvimento dos beneficiários nos programas de segurança e desenvolvimento comunitário, a participação deixa de ser um mero discurso teórico e torna-se uma prática que supõe não só a consciencialização dos beneficiários mas também, dos dirigentes, dos planificadores, dos gestores em suma de todos aqueles que tem responsabilidade da dinamização e materialização do desenvolvimento no seio das comunidades na medida em que caso não sejam sensibilizadas nada poderá ser feito com êxito.

Actualmente, o conceito de participação constitui a peça fundamental na abordagem relacionada não só com a segurança mas também com o desenvolvimento social em qualquer parte do mundo visto que, os governos são eleitos democraticamente na esperança de solucionar os problemas que afectam as sociedades.

3.5 Coesão social

O conceito coesão social é geralmente usado no âmbito da dinâmica da vida social, designando a harmonia, a união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente da vida em comum. A coesão social implica necessariamente um certo grau de solidariedade para a concretização da qual a integração social é o processo mais indicado (Madeira 1996).

Ora sendo o mundo das desigualdades, o mundo das exclusões, o mundo dos não direitos, efectivar os direitos sociais no quotidiano e trabalhar no sentido de uma sociedade mais solidária, mais justa, e portanto mais coesa.

Naturalmente que uma acção social protagonista da coesão social não se pode limitar a agir exclusivamente a micro nível e a escala individual, mas tem que colocar-se numa outra dinâmica bem traduzida na expressão fazer local, pensando global. Isto é, a acção social tem que poder/saber influenciar políticas e decisões e pôr assim o seu extraordinário conhecimento das realidades sociais ao serviço do desenvolvimento e da coesão social (Idem).

A acção que dirige as pessoas e grupos, animando para a participação influenciando mudanças nas organizações como forma de prevenir inaptações e promovendo a iniciativa social com objectivo de construir sociedades mais activas e cidadãos mais informados e conscientes dos seus direitos e deveres.

- O seu exercício como terreno profícuo e gerador de experiências para novos direitos que progressivamente, tem vindo a ser integrados nos sistemas de protecção próprios e nas políticas de natureza estrutural.
- A visão global e não estratificada ou sectorizada dos problemas que a caracteriza, o que tem possibilitado o estabelecimento de pontes entre as necessidades de forma e articulada/integrada entre os vários agentes e recursos.
- Finalmente o facto da acção social se ter constituído como o espaço e o tempo para a acção generosa e voluntária em favor do outro, ultrapassando por isso, o mero estatuto de função para se transformar num amplo movimento de solidariedade (Ibidem).

3.6 Roubo

A figura do roubo foi durante longo período da história tratado como se fosse furto, embora na essência não deixe de ser uma forma agravada do crime de furto, pelo *modus operandi*, distinguindo-se do furto pelo emprego da violência ou grave ameaça contra a pessoa ou ainda pela utilização de qualquer outro meio que impossibilite a resistência da vítima (Bitencourt 2010).

Os códigos Sarto, Toscano e Canardelli definiam o roubo, mas admitiam que a violência pudesse ser exercida contra a coisa e não somente contra a pessoa (Prado 2008).

Roubo é o acto de subtração da coisa móvel alheia, para si ou para outrem, mediante grave ameaça ou violência a pessoa, ou depois de havê-la por qualquer meio, reduzido a impossibilidade de resistência (Idem).

Para este estudo definiremos o roubo como sendo o acto de se apoderar de um bem pertencente ao outrem com recurso ao uso da violência. Este acto pode se dar tanto na via pública como em espaços privados (adaptado por Rosa Félix).

4. Procedimentos Metodológicos

Nesta parte do trabalho descrevo o método e as técnicas que usei para a realização desta pesquisa sobre gestão dos casos de roubos entre os residentes do Bairro Polana Caniço A, Cidade de Maputo.

Para a realização desta pesquisa explorei os discursos interpretativos do quotidiano sobre a situação de roubos e as práticas de gestão dos mesmos naquela comunidade.

4.1 Etapas da Pesquisa

A presente pesquisa foi realizada obedecendo três etapas complementares, revisão de literatura, a observação e análise de dados.

A revisão de literatura foi feita de forma contínua a partir da consulta de trabalhos de carácter teórico e etnográfico (livros, artigos, monografias e dissertações) na Biblioteca Central Brazão Mazula, na Biblioteca do Departamento de Arqueologia e Antropologia da Universidade Eduardo Mondlane, Biblioteca da Universidade Pedagógica e algumas bibliotecas virtuais.

Através deste exercício, procurei me inteirar dos estudos desenvolvidos sobre roubos, criminalidade, antropologia e criminalidade, roubos em antropologia.

A segunda fase teve seu início em abril de 2014 e terminou em agosto de 2015. Esta fase teve o seu início no refeitório logo de seguida no Bairro Polana Caniço “A”, especificamente em barracas, salões de beleza onde observei, conversei e fiz entrevistas semi-estruturadas.

Nesta etapa observei o movimento das pessoas durante o dia e ao escurecer, ia ao campo três vezes por semana. Uma vez ao salão de beleza, uma vez a barraca e duas vezes em casa dos participantes.

A terceira etapa foi feita após a recolha de dados. Onde comecei por organizar o material etnográfico, fiz a leitura do mesmo de forma a descobrir o que me permitia contar e discutir diante da revisão de literatura desenvolvida sobre o assunto.

Nesta pesquisa trabalhei com três grupos de participantes. Um composto por nove (9) residentes, outro composto por dois (2) agentes da polícia da República de Moçambique e o último composto por (1) responsável pelo Bairro.

4.2 Critério de Seleção dos participantes da pesquisa

O trabalho começou no restaurante universitário da Universidade Eduardo Mondlane designado vulgarmente por refeitório. Entrei em contacto com dois participantes ambos estudantes do sexo masculino, que conversavam durante o jantar. A partir destes pude conhecer duas das suas vizinhas.

No começo elas diziam estar tudo bem, mas depois de algum tempo afirmaram estar a passar por um momento complicado por causa dos roubos. Perguntei se existia alguém que se responsabilizava pelo Bairro, disseram que sim e indicaram-me a casa. Depois de alguns dias, consegui falar com ele sobre o meu interesse e posteriormente autorizou-me a fazer a pesquisa. Depois deste contacto fui a um salão de beleza, onde ouvia as pessoas comentarem sobre os roubos envolvendo catanas e o sofrimento que isto causava nas suas vidas. Em conversa expliquei que estava interessada no assunto e a dona do salão disse que podia apresentar-me uma amiga da irmã mais velha que já foi vítima várias vezes.

A mulher que me foi apresentada disse que tinha um cunhado que trabalha na polícia da república de Moçambique que possivelmente estaria disponível a falar comigo sobre o assunto. Chegamos a ele apresentei-me ele receou mas acabou aceitando. Em um dos encontros que tivemos apresentou-me seu colega de trabalho.

Um dia fui conversar com os agentes da polícia em uma barraca, onde acabei conhecendo mais dois participantes.

Ao longo das observações ganhei mais um participante que ao me ver sozinha perguntou se procurava por alguém, quando expliquei o que estava ali a fazer disponibilizou-se para conversar.

Por forma a preservar a identidade dos participantes do estudo como recomenda a ética científica optamos por omitir os respectivos nomes através da sua substituição por pseudónimos.

4.3 Métodos e Técnicas de Recolha de Dados

Este estudo é exploratório. Com base no método etnográfico que nos permite entrar em contacto com o nosso campo de pesquisa, captar experiências dos nossos participantes e transforma-los em fonte material de análise.

Esta metodologia permitiu-nos colher e compreender as percepções, explicações que os residentes do Bairro Polana caniço “A”, os líderes comunitários e os polícias (tomando estes como agentes principais na tomada de decisões de âmbito social) dão em resposta aos casos de roubos.

Como técnicas de recolha de dados usamos a observação directa que consistiu em ver, ouvir e escrever todos acontecimentos no campo de pesquisa com auxílio das conversas abertas e entrevistas semi-estruturadas individuais e colectivas que me permitiram ouvir discursos sobre a situação de vida dos meus participantes através de suas experiências.

Usamos as entrevistas semi-estruturadas para colher experiências dos agentes da polícia da República de Moçambique e do responsável pelo Bairro.

No início deste processo apenas observava o movimento e ouvia o que se falava. Depois de conquistar os participantes do estudo e ganhar confiança comecei a usar um caderno para anotar as conversas e entrevistas.

4.4 Constrangimentos no Processo da Realização da Pesquisa

Deparamo-nos com vários constrangimentos. Numa primeira fase foi difícil nos integrarmos no seio dos moradores devido a natureza delicada do assunto, uma vez que nalgum momento os participantes do estudo mostraram-se fechados por pensarem que se tratava de agentes da polícia secreta, tentamos explicar mas apercebemo-nos que o clima de “desconfiança” prevalecia, com isto chegamos a conclusão que a solução era trocar de estratégia. Assim sendo, ao invés de fazer perguntas decidimos chegar como quem não quer nada, principalmente nos pontos comerciais (barracas e salões de beleza) e dessa forma ouvir dos moradores, como as coisas acontecem no seu dia-a-dia.

Entretanto, essa desconfiança por parte dos moradores fez com que deixássemos de fazer entrevistas semi-estruturadas e pautássemos pelas entrevistas abertas.

Num outro momento também fomos impostos barreiras na tentativa de obtermos dados referentes ao índice de criminalidade diante do comando da PRM, que mesmo na posse de uma credencial que deixava claro que a pesquisa tinha finalidade meramente académica, não nos foi concedida a informação que desejávamos obter.

Diante desta situação tivemos que recorrer a outros meios, como é o caso da internet tendo-se constatado que não existe uma base de dados disponibilizada pela PRM para consultas públicas. Daí que optamos por trabalhar apenas com base nos dados veiculados pelos órgãos de comunicação.

5 Apresentação e Análise de Dados

5.1 Breve Caracterização do Bairro Polana Caniço “A”

O Bairro Polana Caniço “A” é um dos Bairros que se localiza na periferia da cidade de Maputo. Administrativamente localiza-se ao norte da cidade de Maputo, no distrito urbano n° 3 “Ka Mavota”. É limitado a norte pelo Bairro Maxaquene “D”, a Oeste pelo Maxaquene “C”, a Este pelo Bairro Polana caniço “B” e a Sul pelo Bairro Sommerchild. O Bairro tem uma extensão de 31km² e possui 45.893 de habitantes dos quais 22.322 do sexo masculino e 23.571 do sexo feminino (Conselho Executivo da Cidade de Maputo e Cooperação Francesa, 1997).

Das línguas faladas, distinguem-se Xichangana e Xironga e devido às suas similaridades, pode-se observar durante a fala dos informantes, ambas línguas são recorrentes e se influenciam. A língua portuguesa é a mais falada, mas com misturas das línguas Xichangana e a Xironga.

O Bairro é muito movimentado, possui uma estrutura geográfica de difícil controlo, ruas e caminhos pouco iluminados como também é habitada maioritariamente por pessoas de baixa renda entre estudantes, alfaiates, serralheiros, carpinteiros, comerciantes e alguns trabalhadores formais.

Durante as noites, o Bairro acolhe consumidores de álcool vindo de outros Bairros nas barracas que possui, o ambiente criado nesses espaços chega a criar algum desconforto para os residentes daquele Bairro não só pela poluição sonora que é cultivada, como pelo objectivo de algumas pessoas.

Há predominância de famílias alargadas (mãe, pai, filho, tio avo.). Não obstante a existência de diversas famílias que vivem no mesmo espaço domiciliar, geralmente tem sido um quintal com várias casas no seu interior, em que cada casa é habitada por uma família de inquilinos para além da que é ocupada pelos proprietários do espaço.

O Bairro possui também um mercado onde são comercializados vários produtos, mas ao longo das ruas é possível ver bancas e barracas instaladas em residências que garantem o sustento de muitas famílias. Nessa vertente distinguimos o comércio como a principal actividade económica desenvolvida pelos residentes deste espaço, que consiste na venda de produtos diversos tais como: arroz, açúcar, batata, farinha de milho e de trigo, feijão, óleo, alguns legumes e bebidas alcoólicas diversas, inclusive serviços de beleza.

5.2 O dia-a-dia dos Residentes do Bairro Polana Caniço “A”

O Bairro Polana Caniço “A” é habitado por pessoas de diversas faixas etárias desde crianças, adolescentes, jovens, adultos e idosos. Durante o dia geralmente vê-se crianças uniformizadas a caminho da escola, algumas mulheres arrumando produtos para comercialização em pequenas mesas nas extremidades das ruas, na parte exterior das suas residências.

O Bairro é extremamente movimentado, pelo fluxo de pessoas que se tem verificado tanto no período diurno quanto no período nocturno, principalmente aos finais de semana.

Ao escurecer as vias de acesso no interior do Bairro ficam escuras. Os residentes receiam passar principalmente quando estão sem companhia, porque é lá onde escondem-se as pessoas que roubam e promovem assaltos contra outras pessoas.

Com esta situação os demais residentes funcionários e estudantes fazem o esforço de regressarem cedo as suas moradias por medo, mas nem todos conseguem chegar antes de escurecer devido a distância que percorrem do seu trabalho para casa, assim como a dificuldade que enfrentam para aceder aos transportes semi-colectivos nas horas de ponta.

Algumas pessoas logo que descem dos transportes semi-colectivos permanecem na rua principal, solicitam alguém da família ou uma pessoa amiga para as acompanhar durante a caminhada pelos becos escuros, como forma de intimidar os malfeitores que ali se instalam. De referir que mesmo com essa precaução que os residentes adoptaram muitas vezes são assaltados, posteriormente retirados bens como: telefone celular, computador, dinheiro, carteira. Quando o

alvo não possui nenhum desses bens lhe é retirado a roupa que leva consigo no momento: a camisa, as calças, os sapatos e ainda é fisicamente agredido e finalmente avisado para não voltar a andar a noite sem que tenha algo de valor consigo, deixando ele ir totalmente nú para o seu destino.

As residências particulares não escapam dessa violência. As portas e janelas são arrombadas mesmo com a presença dos seus proprietários no interior. Nesse âmbito os proprietários são ameaçados com recurso a armas brancas, por vezes chegam a ser agredidos com estes instrumentos. As mulheres chegam a ser violadas sexualmente na presença de outros membros da família como forma de vingança a resistência que tenha demonstrado no decorrer da operação.

Em muitos casos os agressores andam em grupos de forma a facilitar a execução do trabalho que exercem. Quando se fazem aos corredores, fica um de cada lado, quando alguém passa por lá, eles começam a aproximar-se fazendo com que o seu alvo fique no meio, sem nenhuma possibilidade de fuga. Também se têm visto alguma movimentação de agentes da Polícia da República de Moçambique (PRM), somente nas principais ruas que por sinal são as que possuem iluminação.

Diante desta situação os representantes da organização da Sociedade Civil residentes no Bairro, tem organizado reuniões e palestras por forma a ouvir dos demais a sua vivência na comunidade, auscultando as suas preocupações e por via disto colhem ideias para acabar com a situação de roubos possíveis de serem implementadas a nível local sem que haja necessidade de envolver custos financeiros.

5.3 Experiências das vítimas com o roubo

Com a observação directa, conversas abertas e entrevistas semi-estruturadas foi possível perceber que as experiências das vítimas com o roubo tomam contornos diferentes consoante a forma de ocorrência.

Das conversas que presenciei com os meus participantes, pude colher histórias de pessoas que já passaram por casos de roubos, tanto na via pública como em suas residências. Conforme ilustra a conversa abaixo.

Jorge: *Mana Sónia, tudo bem?*

Sónia: *Sim estou bem.*

Jorge: *Aproxima-la aqui, vais para aonde com essa bagagem?*

Sónia: *Não acompanhaste o que aconteceu ontem?*

Jorge: *Aonde?*

Sónia: *Ehh! Meu filho foi catanado antes de ontem porque tentou enfrentar uns ladrões aí. Mas ele também foi teimoso, sabe que o bairro não está bem mas insiste em voltar tarde para casa.*

Jorge: *Epa! Estamos mal aqui. Será que são aqueles gritos que ouvi? Isso aconteceu a que horas?*

Sónia: *As 23 horas, quase para meia noite.*

Jorge: *Eu também sofri muito com roubos. A primeira casa que eu arrendava tinha um tecto muito baixo e fazia muito calor, então decidimos dormir na varanda. Pela manhã quando acordamos a porta principal estava aberta e os eletrodomésticos não estavam lá, não sei como é que eles nos passaram, enquanto dormíamos do lado da entrada. Outra vez eu voltava do serviço, me mandaram parar. Disseram para entregar o que eu tinha na mão. Entreguei, depois deram-me um pontapé e mandaram ir embora (Jorge de 38 anos de idade e Sónia de 42 anos de idade).*

Diante desta conversa pode-se notar um sentido de preocupação com a situação de roubo e indignação com a insistência de algumas pessoas em circular nas áreas consideradas perigosas a altas horas. Facto que leva-nos a perceber que existem formas simples de prevenção que eles podem adoptar.

Ao longo da pesquisa fui ouvindo mais histórias das vítimas

Moça aqui acontece muita coisa. Aí na casa vizinha entraram ladrões, ate traziam um caminhão para pôr as coisas levaram o que lhes interessava e depois violaram sexualmente o casal e a filha, uma criancinha. Não é demais isso? (Marcos de 24 anos de idade).

Num dia desses, por volta das 21:30 horas chovia muito. Eu estava sentada na sala com meu esposo a assistirmos novela, de repente vimos alguém levantar as chapas de zinco em um dos cantos da sala. Gritamos de tanto susto, ele saltou e fugiu (Jordânia de 25 anos de idade).

Com isto, percebe-se que a segurança encontra-se fragilizada tanto na via pública como nas residências dos participantes do estudo. Causando um clima de desconforto a nível daquela comunidade.

6. Mecanismos de Gestão de Casos de Roubos

Os mecanismos de gestão dos casos de roubos partem da interpretação que as vítimas do roubo fazem sobre a situação em questão, atribuindo assim um carácter dualista, posto que nalgum momento chegam a considerar um mesmo fenómeno como sendo normal e noutro momento como sendo anormal.

6.1 A patrulha e o feitiço

No campo de estudo constatamos que foram constituídos pequenos grupos de jovens do sexo masculino denominados “pólicas comunitários” com vista a controlar e reduzir os casos de criminalidade, mas estas expectativas não estão a ser alcançadas, como afirma um dos nossos participantes:

Esses pólicas comunitários, invés de trabalharem para nós trabalham para os ladrões, até fazem parte das quadrilhas, por exemplo esses casos de catanadas começaram recentemente com a existência desses pólicas. Quando eles decidem nos mostrar que estão a trabalhar, pegam pessoas inocentes começam a castigar para nos tapar cara (Marcos de 24 anos de idade).

Desta forma, podemos afirmar que a população não confia na polícia comunitária por ainda não terem trazido resultados desejáveis desde que começaram a exercer as suas actividades.

Preferimos fazer patrulha pessoalmente, a nossa arma de actuação tem sido o apito. Quando nos encontramos em apuros acionamos o instrumento para espantar os ladrões e até por vezes conseguimos agarrar mesmo, ficamos felizes por isso. Na semana passada agarramos um na casa vizinha estava tentar tirar o televisor e os tais agentes da polícia nem se quer aproximaram-se para averiguar a situação (Jordânia de 25 anos de idade).

Os dados evidenciam que o poder dos pólicas comunitários foi enfraquecido devido a sua morosidade na resolução dos problemas de criminalidade no seio da comunidade.

A ideia de patrulharmos por nós mesmos surgiu, ao longo das reuniões e palestras que tivemos com representantes da sociedade civil a nível do Bairro, desde então começamos a implementar (Jordânia de 25 anos de idade).

Outros residentes preferem aderir opções diferentes:

Eu não aderi o grupo de patrulha, porque acho perigoso para a minha própria segurança; o apito também não ajuda muito (...) prefiro ir ao curandeiro fazer qualquer coisa para a pessoa que se apodera dos meus bens, assim resolvo o meu problema sem correr riscos e sempre dá certo.

As vezes tiro as pegadas para mandar fazer o feitiço, mas quando não consigo achar as pegadas só digo o que a pessoa roubou. Nesse caso a ladrão aparece para devolver o que havia roubado, caso já tenha vendido então aparece pedindo desculpas (Jorge de 38 anos de idade).

Pode-se observar que nem todos os residentes compactuam com as formas de controle que são traçadas em conjunto, daí que alguns usam a astúcia e o silêncio como meio de existência, pois de acordo com Maffesoli apud Lihaha (2007) na vida em sociedade existe uma astúcia e manipulação que estão directamente ligada ao silêncio. Os discursos silenciosos tem efeito corrosivo, criando uma duplicidade no indivíduo, onde aparentemente ele esta de acordo com o que lhe é sugerido, ou seja o indivíduo esta sempre mascarado (Idem).

Em paralelo ao posicionamento de Maffesoli, considerando o controle social a capacidade de uma sociedade se autorregular de acordo com os princípios e valores desejados, Durkheim (1995) salienta que é preciso considerar aspectos conflituosos das relações sociais. Pois o controle social não implica a realização da ordem social e tampouco a estabilidade das relações sociais, daí que as formas de gestão adoptadas por cada um dos residentes face aos casos de roubo deve ser entendida como uma forma de controlo social válida.

Quando questionado sobre a qualidade de serviços prestados pelos polícias comunitários o secretário do Bairro fez menção as modalidades de selecção para a constituição do grupo, dizendo o seguinte:

A criação deste grupo foi uma decisão conjunta entre os residentes do Bairro e os respectivos responsáveis, resultou de várias reuniões que tivemos, a ideia foi aprovada e determinou-se que eles deviam trabalhar em parceria com a PRM, desde então o projecto foi posto em prática. Entretanto são pessoas escolhidas a dedo pela população posteriormente apresentadas a PRM. Agora, fica difícil gerir esta situação porque a população desconfia que os mesmos fazem parte das quadrilhas que atormentam o Bairro. Até então não sabemos quais seriam as pessoas ideais para realizar este trabalho se as pessoas que nós próprios escolhemos não são confiáveis, quanto mais se forem pessoas trazidas pelo governo? Não sei como vai-se resolver essa situação (...) mas ainda estão a ser estudadas as possíveis soluções (Pedro de 42 anos de idade).

6.2. Vigilância Conjunta aliada a Normalização dos Roubos

Os resultados recolhidos no campo convergem ao posicionamento de Durkheim (1995) que defende que o crime é um fenómeno normal porque ocorre em todas as sociedades gerando coesão social entre as pessoas afectadas. Nesta vertente, compreendemos que em algum momento existem redes sociais criadas entre vizinhos que permitem a vigilância conjunta da comunidade no período nocturno, como afirma um dos participantes:

Durante as noites usamos apitos e por vezes optamos pelas patrulhas, porque é normal assaltarem mais de três pessoas no mesmo dia basta escurecer só. Organizamos encontros na comunidade para arranjar maneira de minimizar a situação, porque actualmente aparecem com catanas (Sónia de 42 anos de idade).

Hum!..Para nós é normal ouvir que alguém foi assaltado aí no caminho. Acontece quase todos os dias, até já não ficamos espantados, virou desporto (José de 32 anos de idade).

No depoimento acima verifica-se que para os residentes do Bairro até algum tempo atrás os assaltos não constituíam grande ameaça a comunidade, a medida em que os mecanismos de redução apenas foram acionados quando os supostos malfeitores incorporaram catanas como instrumento de trabalho.

Vê-se ainda uma forma de coesão social que se instituiu no momento de tensão, pois de acordo com Madeira (1996) este resume-se na união das forças sociais e das instituições que as sustentam e que concorrem para um fim harmonioso e coerente da vida em comum, visto que esta acção implica necessariamente um certo grau de solidariedade para a concretização.

Questionados sobre a reportagem do que se tem vivido naquele Bairro à Polícia, os nossos participantes foram unânimes em suas respostas.

Eh! Não vale a pena, é perda de tempo. A pessoa denuncia ou leva o infractor ate lá, é preso mais no dia seguinte você vê ele a circular numa boa, quando questionamos dizem que a lei não permite que ele continue na cela. Ficamos sem entender o funcionamento da Polícia porque mesmo com provas os indivíduos não são devidamente punidos (Estaube de 29 anos de idade).

Antigamente quando houvesse um movimento estranho, ia para a polícia informar, mas já não vou mais porque não fazem nada (...) e olha que quando fazemos justiça com as próprias mãos, procuram até saber quem fez e a pessoa é sancionada. Só para ver que a polícia tem competência para investigar, mas não quer trabalhar a favor da população (Jorge de 38 anos de idade).

Com isto pode-se perceber que os residentes que vivenciam casos de roubos no seu quotidiano conformam-se com a situação e esperam de olhos vivos mais situações do género, pois para eles a PRM não trabalha com intenção de reduzir os índices de roubos.

Desta forma pode-se afirmar que os residentes do Bairro Polana caniço "A" não se contentam com a situação, mas consideram a mesma normal a medida em que tem acontecido regularmente e as entidades competentes quase sempre manifestam-se passivamente. Durkheim (1995) defende a ideia segundo a qual a prática do crime com frequência leva a normalização do fenómeno. Pelo que um dos nossos participantes chega a comparar o fenómeno crime com desporto enquanto outro conforma-se com a situação.

6.3 O Silêncio

De referir primeiro que os dados revelam não só a existência da parte maligna dos roubos, como também a arma usada diante dos casos de fortes ameaças que deixa a comunidade em estudo sem sono em quase todas as noites, visto que os malfeitores chegam a entrar no interior das casas dos residentes violando os membros da família físico e psicologicamente.

Aqui no Bairro sempre tivemos casos de roubo na rua. Eu já sabia, caso escurecesse antes de sair do serviço deixava telefone e ia para casa assim, mas agora com bens ou não te catanam por raiva, por vezes entram no interior das nossas casas, estamos muito mal.

Quando entram lá dentro, nós temos que nos manter calados porque uma tentativa de grito acaba em violência., Preferimos deixar eles levarem as coisas. Há vezes que pedem dinheiro se você diz que não tem dinheiro em casa também leva porada...(José de 32 anos de idade).

Como pudemos observar o que preocupa os participantes do nosso estudo não é a retirada dos bens materiais que possuem, mas a saúde física e mental das suas famílias. Visto que esta é uma situação que deixa todos os membros do agregado familiar não só feridos psicologicamente como também constrangidos, com medo e sem nenhum valor moral.

Esta abordagem é reforçada por um estudo empírico sobre roubos a residências na cidade de Goiânia realizado por Neto e Souza (2008), com vista a medir o impacto que essas experiências provocam no grupo social a que estes indivíduos pertencem, bem como a sua possível relação com outros tipos de crime. Tendo concluído que as situações de roubos a residências coloca suas vítimas em configurações diferentes dos demais roubos por se tratar de invasão à privacidade.

Passamos mal, mas preferimos não falar disso, como se tem dito as palavras detêm um grande poder, então melhor fazer de conta que nada acontece para evitar atrair coisas piores da actualidade (Sónia de 42 anos de idade).

Eu fui abordado uma vez, quando voltava da escola por volta das 20 horas por quatro homens, pediram telefone eu disse que não tinha, um deles levou a pasta que eu trazia nas costas abriu os zips, começou a sacudir. Todo o material escolar caiu no chão, quando viram que realmente não tinha nada do que eles queriam viraram se pra mim e disseram o seguinte: vai pra tua casa agora levar telefone ou dinheiro trazer aqui sem comentar com ninguém, caso contrário vamos te tratar. Entrei em casa a tremer levei o telefone fui entregar e eles foram-se embora (Estaube de 29 anos de idade).

Assim pode-se assumir que este grupo de residentes finge estar bem para algumas pessoas, mas quando a realidade pesa mais em sua consciência acabam exteriorizando o sentimento de dor e aflição que carregam consigo já há bastante tempo. Segundo Maffesoli *apud* Lihache (2007) a máscara e a duplicidade são elementos importantes no processo de ritualização constituindo elemento de protecção ou resistência perante absolvição dos valores do indivíduo. Este pode esquivar-se dos seus valores dentro do grupo criando formas ou valores por ele imaginados.

Por outro lado vê-se que a situação de segurança no Bairro Polana caniço "A" deixa muito a desejar, pois é evidente que as pessoas que roubam operam muito a vontade naquele território, sem nenhum receio de serem encontrados pelos agentes da PRM. Facto esse que leva-nos a crer que tem muito a ver com a organização do espaço físico, aliás, é uma ideia que pode ser reforçada pela abordagem de Gomes (2010) onde afirma que as áreas habitacionais de difícil acesso como as favelas condicionam significativamente a actuação da polícia devido aos esconderijos que os mesmos oferecem.

6.4 Direccionamento dos casos de roubos dado pelos Agentes da PRM

Ao longo da pesquisa conversamos com alguns agentes da Polícia da República de Moçambique para ouvir deles o que tem acontecido no decorrer do exercício das suas actividades no Bairro em estudo.

Nós sempre tivemos grupos de patrulha no período da noite mesmo com a existência dos polícias comunitários. Temos estado a trabalhar todos os dias, circulamos pelo Bairro e obviamente actuamos quando há necessidade (Alide de 39 anos de Idade).

Uma vez a outra somos solicitados pela população quando têm alguma emergência, mas muitas vezes nós flagramos casos de conflitos entre residentes por acaso, sem antes recebermos nenhuma denúncia (Issa de 27 anos de idade).

Questionados sobre o tratamento dos casos com evidências trazidos pelos residentes do Bairro, tivemos a seguinte resposta:

O tratamento dos casos variam consoante a gravidade da situação, mas o que mais recebíamos eram casos de roubos. Diante de casos do género, prendemos o acusado no máximo por um período de uma semana, devido a falta de espaço nas celas (Issa de 27 anos de idade).

Pensamos que o que mais importa para a população é a devolução dos bens, o restante é uma questão de formalidades para que possamos ter o registo. Já imaginou se tivéssemos que prender todos os ladrões que trazem para nós (Alide de 39 anos de idade).

Questionados sobre a definição dos espaços de patrulha fomos informados que:

Tudo é definido na esquadra, geralmente cada grupo tem sua área de actuação. Mas uma coisa é certa ninguém gosta de arriscar a sua própria vida, também temos preferências, poucas vezes vamos até onde deveríamos, são lugares com iluminação muito fraca, mas a população não entende o facto de sermos polícias não nos tira o medo, afinal também somos pessoas como vocês ninguém foi feito de ferro (Alide de 39 anos de idade).

Como podemos observar, a actuação dos agentes da PRM nestas circunstâncias não depende somente das missões atribuídas pelos seus superiores hierárquicos, pois em algum momento o humanismo extrapola a vontade de fazer valer o profissionalismo. Segundo Merton (1970) existem variáveis que valorizam a não organização de uma função, nesse caso da polícia dando origem a outras formas de reforço criadas pela comunidade.

Com isso, podemos afirmar que existe uma dualidade no entendimento dos casos de roubos entre os residentes daquele Bairro, visto que numa primeira fase olham essa questão como um fenómeno normal por se registar numa frequência recorrente e na segunda fase muda-se de abordagem sendo que os estes encaram o mesmo fenómeno como algo que os aflige por perigar as suas vidas.

Tendo em conta a situação acima descrita e o que foi até então exposto, pensamos que a forma de gestão dos casos de roubos escolhidos por cada um dos nossos participantes tem muito a ver com o factor satisfação. Com isso, existe a necessidade de se fazer um reajuste no código penal de forma a plasmar medidas alternativas à prisão que deixem os residentes tranquilos, sem no entanto menosprezar a moral colectiva que constitui um factor preponderante na análise da realidade social assim como na tomada de decisões.

Pensamos que uma solução que comece por rever a própria lei poderá trazer uma maior contribuição no melhoramento da relação entre os residentes, polícias e as autoridades locais a medida em que poderá gerar união entre os três grupos em destaque e desta forma poderem colaborar para o melhoramento da situação.

7. Considerações Finais

Ao desafiarmo-nos estudar o tema em questão, pretendíamos fazer uma análise da gestão dos casos de roubo entre os residentes do Bairro Polana Caniço “A”. Especificamente descrever as experiências das vítimas com o roubo, explicar o encaminhamento dado pelos residentes e por fim perceber a relação que se estabelece entre a população, a polícia e as autoridades locais. Esta constatação enfatizou a ideia de que os residentes daquele Bairro possuem mecanismos próprios de tratamento dos casos do género, mesmo com a existência dos policias.

Quanto a situação de roubos, os participantes do estudo indicam a agressão física e a violação sexual como factores que mais os preocupa no decorrer das operações perpetradas pelos malfeitores. Mesmo que a aquisição de bens materiais para o apetrechamento das suas residências tenha sido fruto de muito trabalho.

Entretanto manifestam-se a esta situação de diferentes formas consoante a forma como o sucedido se deu, facto que faz com que encarem a mesma situação num momento como sendo normal e noutra como um fenómeno maligno.

Contudo, notamos que os mecanismos de gestão dos casos de roubo não são universais na comunidade a medida em que alguns membros não se identificam com as decisões gerais, adoptando estratégias próprias de acção capazes de apresentar resultados satisfatórios. Ora é preciso que se tenha em conta que nem todos os participantes deste estudo tiveram experiências singulares tanto com a polícia como com os ladrões, pois alguns deles baseiam-se nas experiencias dos outros.

Tendo em conta o propósito do estudo, também foi possível entender que a maior parte dos residentes daquele Bairro percebem a sua vulnerabilidade e adoptam estratégias defensivas a nível local, mesmo tendo conhecimento da existência dos grupos policiais. Viu-se também através da observação directa que a estrutura física urbanística dificulta a execução de acções reactivas orquestradas tanto pela comunidade, como pelos agentes da polícia.

Desta forma admite-se a partir dos resultados apresentados ao longo da pesquisa, que a situação de tensão que os moradores do Bairro vivem origina novas formas de actuação perante casos de roubo diferentes das que são previstas na lei. De realçar que os actores sociais as vezes podem dar respostas diferentes a uma mesma situação.

Tomando em consideração que nos estudos exploratórios as limitações nunca são esgotadas, o vírus causador de novas investigações podem estar relacionados a área de antropologia do crime e a influência que os elementos socio-culturais têm na identificação e seleção de decisões para solucionar problemas como estes.

8. Referências Bibliográficas

Bitencourt, Cesar R. 2010. Tratado de Direito Penal, Vol.3. Parte especial, 6ª ed. rev. *Actual e ampl*-São Paulo: Saraiva, P.95.

Boudon, R; Bourricaud, F. 1993. *Controle Social*. In: Boudon, R; Bourricaud, F. Dicionário Crítico de Sociologia. São Paulo: Ática, Pp. 100-106.

Burgess, E. W. 1925^a. The Growth of the City: An Introduction to a Reserch Project. In: *The City: Suggestions for Investigation of Human Behavior in the Urban Environment*. Chicago: The university of Chicago Press.

Brito, L.2002. *Os condenados de Maputo*. Maputo: Programa PNUD de Apoio ao sector da justiça.

Caldwell, Bruce. 1998. Situacional analysis. In: Davis, John. B; Hands, D. Wade; Maki, Uskali (ed.). *The handbook of economic methodology*. USA: E. Elga.

Carneiro, L. 2007. “Para Medir a Violência” In: *Cidadania, Justiça e Violência*. Rio de Janeiro, 166-178.

Conselho Executivo da Cidade de Maputo e Cooperação Francesa. 1997. *Carta de Endereçamento da Cidade de Maputo*. Maputo: Cooperação Francesa.

Cunha, M. C.1986. *O espelho do Mundo*. Rio de Janeiro: Paz e Terra.

Cusson, Maurice.2002. *Criminologia*. 2a ed. Rua Bento de Jesus, Portugal Casa das Letras.

Cháuque, Vicente C. 2011. *Análise estratégica do crime: estudo de caso do Roubo de viaturas na Cidade de Maputo*. Tese para obtenção do grau de licenciatura em sociologia. Faculdade de Letras e Ciências Sociais-UEM.

Chiavenato, Idalberto.1995. *Administração de empresas-gerência e direcção no nível intermediário*, 3ª edição, São Paulo.

Dias, J. F. & Andrade, M. C. 1997. *Criminologia: O homem delinquente e a sociedade criminógena*. 2ª Reimpressão. Coimbra Editora.

Dos Santos, Marcelo & Kassouf, Ana. 2008. “Estudos económicos das causas da criminalidade no Brasil: evidências e controvérsias”. *Revista Economia*, Maio/Agosto de 2008.

Durkheim, Émile. 1995. *As Regras do Método Sociológico*. São Paulo: Martins Fontes.

Elias, Norbert.1994. *O Processo Civilizador*, V.1. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed.

Fornier, R. P.2008. *A teoria económica do crime: O roubo bancário*. Porto Alegre: Universidade Federal do Rio Grande do Sul. Faculdade de Ciências Económicas.

Giddens, Anthony.1991. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: Editora UNESP, Pp 9-173.

Gomes,C. A. C.2010. *Espaço Urbano e Criminalidade: Uma breve visão do problema*. Pernambuco. Grupo de pesquisa em segurança pública, Violência e Cidade.

Guia, M. J.2009. *Imigração e Crime Violento: Verdades e Mitos*. Tese para obtenção do grau de doutoramento em sociologia e direito pela Universidade de Coimbra.

Kerstenetzky, Célia. 2006. A lógica da Situação. In: *Encontro Nacional de Economia*. Salvador, BA, 34. Disponível em <http://www.anpec.Org.br/encontro 2015/artigos/A06A001>. Pdf. Acedido em: 16 de Abril de 2015.

Lihabe, Danúbio. 2004. *Teorias, Conceitos e Métodos*. Pp. 16-17.

Madeira, Maria J. R. 1996. *Coesão Social e Acção Social*. Lisboa: Direcção geral da Acção social

Madeira, I. J. 2009. *Ressocialização dos reclusos na cadeia central de Maputo*. Tese para obtenção do grau de licenciatura em sociologia-UEM.

Marin, Solange Regina. 2008. Análise Situacional de Karl Popper: alguma analogia com a lógica da situação na economia? In: *Economia e Sociedade*. Campinas v. 17, n. 2 (33), Pp. 81-102, Ago. 2008.

Martins, Sílvia H. Z. 1995. "Pobreza e Criminalidade: A construção de uma lógica". *Revista de História* 132, FFLCH-USP, Pp.119-130.

Mavie, S. 2009. *As significações sociais da reincidência criminal entre reclusos da cadeia civil de Maputo*. Tese para obtenção do grau de Licenciatura em sociologia-UEM.

Neto, Paulo E. O & Souza, Dalva B. 2008. *Violência e Criminalidade: um estudo sobre os roubos a residências na cidade de Goiânia*. Faculdade de Ciências Sociais.

Nierderhoffer . A; Blumberg. A (eds.). 1972. *The ambivalente Force*. Boston: Ginn Blaisdell.

Norbert, Elias. 1994. *O processo civilizador: Formação do Estado e Civilização, Vol II*. Rio de Janeiro; Jorge Zahar Editor.

Oliveira, C. A. 2005. *Criminalidade e o tamanho das cidades Brasileiras: um enfoque da economia do crime*. Universidade do Passofundo. Faculdade de Ciências Económicas, Administrativas e contábeis. Disponível em <http://www.ppgc.ufrgs.br/Giacomo/arquivos/daromp/oliveira-2005.pdf> acedido em 20 de Maio de 2014.

Paixão, António & Beato, Claudio. 1997. *Crimes, Vítimas e Policiais*. São Paulo: Tempo social, Rev. Sociol. USP, 9 (1):233-248, Maio de 1997.

Prado, Luiz R. 2008. Curso de Direito Penal Brasileiro, vol.2: Parte especial, 7ª ed. rev. *actual e ampl*-São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, Pp.347-348. Consultado em WWW.lopesperret.com.br/2013/05/.../furto-e-roubo-doutrinas-e-legislacao. Dia 06/11/2015, pelas 16:02 horas.

Resmain, L. & Lalá, A. 2012. *Avaliação do crime e violência em Moçambique e recomendações para a redução da violência*. South Africa: Open society foundations.

Ribeiro, António J. Pinto.1990. Dicionário de sociologia, 1ª edição. Lisboa: Publicações Dom Quixote.

Simões, Rita J.B. 1975. *Criminologia, Teoria social e Cultura: mapeando territórios discursivos apostos ao crime e ao desvio*. Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.

Skolnick, Jerome.1966. *Justice Without Trial. Law enforcement in the Democratic Society*. New York: John Willey

Vares, Sidney Ferreira de. Solidariedade Mecânica e Solidariedade Orgânica em Émile Durkheim: Dois Conceitos e Um Dilema. Londrina, *Mediações*, V.18N.2, Pp.148-171, Jul-Dez 2013.

Zaluar, A. 1994. *Condomínio do Diabo*. Rio de Janeiro: Revan, Ed. UFRS.